

OESTE: ENSAIO SOBRE A GRANDE PROPRIEDADE PASTORIL: FORMAÇÃO TERRITORIAL E MODERNIZAÇÃO DO INTERIOR BRASILEIRO NA OBRA DE NELSON WERNECK SODRÉ

West: test on a large pastoral property: land training and modernization of brazilian interior in work nelson werneck sodré

Marco Túlio Martins¹
Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo²

¹Universidade Federal de Uberlândia
Mestrando em Geografia / Bolsista CNPQ
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica, Uberlândia - MG, CEP: 38408-100
marcogeografia2008@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Uberlândia
Prof^a Adj. do Instituto de Geografia
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica, Uberlândia - MG, CEP: 38408-100
ritacmsou@ig.ufu.br

RESUMO

Este artigo diz respeito ao processo de modernização do território brasileiro, mais especialmente em relação às suas manifestações sobre o interior. O foco não tem limites espaciais rígidos e tem como preocupação marcante o próprio sentido que o interior brasileiro assume para a formação territorial do país, ou seja, como a imensidão de terras conquistadas pelos luso-brasileiros foi sendo representada e projetada. Neste sentido, tomaremos como base para a análise a obra de Nelson Werneck Sodré intitulada “*Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoral*”, de 1941.

Palavras-chave: Geografia. Formação Territorial. Modernização. Pensamento geográfico.

ABSTRACT

This research concerns the modernization process of Brazilian territory, in particular on its manifestations on the inside. The focus has strict spatial boundaries and has marked himself as a concern towards the interior of Brazil takes to train the country's territorial, ie, as the immensity of the land conquered by the Luso-Brazilians was being represented and designed. In this sense, we will take as a basis for analyzing the work of Nelson Werneck Sodré 1941 titled West: an essay on the large pastoral property.

Keywords: Geography. Territorial Formation. Modernization. Geographical thought.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a necessidade de compreender o processo de ocupação do interior brasileiro, há de se levantar e analisar o sentido que foi sendo dado às áreas conquistadas a oeste e as projeções que para elas foram sendo elaboradas ao longo do processo histórico.

Neste sentido, a temática justifica-se mediante a necessidade de compreender os projetos de modernização para o interior brasileiro. Mais especificamente cabe compreender como o interior do território vem se amoldando aos interesses do capital hegemônico, comandado a partir do Centro Sul. Resgatar o sentido que o “interior” teve e tem para o território como um todo ajuda a

compreender as estratégias e as políticas territoriais adotadas, ou seja, as ações executadas no sentido de enquadrar “homogeneizando” todo o território em função das necessidades do centro de poder econômico e político.

Sendo assim, este artigo apresenta como temática central o projeto de Brasil elaborado pelo intelectual Nelson Werneck Sodré. Leva-se em consideração o processo de formação territorial do Brasil e as propostas de modernização do interior brasileiro, tendo como central a análise geográfica feita pelo autor. Até o momento, um estudo que leve em conta a importância da ciência geográfica na produção werneckiana ainda não foi construída com a profundidade necessária.

Nelson Werneck Sodré utilizou-se da Geografia, ou do discurso geográfico para compor várias de suas análises desde suas primeiras produções. Nesse sentido cabe levantar e analisar que ordem de discurso geográfico o influenciou. De início pode-se afirmar que duas vertentes teórico-metodológicas da Geografia influenciaram diretamente suas elaborações: na década de 1940, sobressai-se a vertente materialista positivista, sobretudo na obra *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*; na década de 1970, a vertente materialista histórica e dialética – marxista – é a que fica mais evidenciada, sobretudo na obra *Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia*. Esses dois momentos marcam o desenvolvimento intelectual do autor e, também, os embates em que o mesmo estava inserido.

Aqui, trabalharemos somente com a análise de uma obra do primeiro período intelectual do autor, qual seja *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, no sentido de resgatar o discurso elaborado pelo autor e conseqüentemente pelo grupo o qual era representante a respeito do projeto de Brasil: sua formação territorial e a modernização do interior.

2 UM ESBOÇO SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL E O PAPEL DOS INTELLECTUAIS

Historicamente, desde o período colonial, a ocupação e a colonização mais intensiva, no Brasil, deram-se sobre o litoral e, ainda hoje, os principais centros produtivos concentram-se na região costeira. Este tem sido um dos temas mais caros aos estudiosos da nação brasileira, desde que começamos a produzir análises sobre o que veio a se constituir como Brasil independente, em 1822. Muito antes de se instalarem as primeiras universidades no país, já se produziam discursos de ordem geográfica que buscavam compreender o espaço brasileiro e seus arranjos, ou a sua formação territorial.

Deve-se ter em consideração que o conceito de formação territorial transcende o de território em si, uma vez que se trata de um processo de ordem política, econômica e cultural com manifestações materiais concretas específicas segundo as formações sociais envolvidas. Nesse sentido, território e Estado aparecem amalgamados em sua elaboração histórica.

Segundo Moraes (2005, p. 51)

A construção política dessa jurisdição [o Estado territorial] pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento (plurisecular), no qual aquela extensão areolar tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, pode-se denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado Moderno.

O Brasil, uma das maiores porções territoriais do mundo, apresenta, como todas as demais formações territoriais processos particulares, aproximando-se bastante dos demais países de passado colonial na América. Fenômeno marcante na história territorial do país foi a concentração dos

núcleos de ocupação, de difusão e expansão para o interior na costa litorânea. Foi a partir da ocupação desta extensa porção de terras que se deu a formação das capitânicas hereditárias face ao alto custo do processo de colonização em um território tão vasto.

A expansão para o interior foi marcada pela exploração dos recursos naturais que contribuiu significativamente para a constituição, conhecimento e demarcação do território. A descoberta de ouro, em meados do século XVIII, constituiu-se num fator decisivo para o que se apresenta como a formação do atual território do Brasil.

O processo de colonização do país caracterizou-se por uma configuração de ocupação territorial e social muito particular. A concentração das atividades da colônia no litoral e toda a dificuldade de ocupação do interior do território marcaram toda nossa história, repercutindo-se social, política e economicamente até hoje. Para Moraes (2005, p.112), nesse processo é preciso considerar os fundos territoriais, ou seja, as “áreas a serem conquistadas na ótica da colonização” que se configuram como a maior parte do território brasileiro mesmo no atual período globalizante.

Somente no século XX, iniciou-se um processo definitivo no sentido de consolidar o mercado consumidor interno a partir da industrialização e urbanização instalada nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A acumulação de capital advinda da produção de café e do capital imigrante, a partir de meados do século XIX, gerou uma concentração produtiva (administração, gestão e planejamento) a partir desses centros hegemônicos¹. Toda uma infraestrutura básica teve de ser construída para efetivar esse processo. Nas chamadas políticas territoriais do Estado Novo em diante foram marcantes as iniciativas no sentido de construir toda a malha viária no sentido longitudinal, assim como a construção de Brasília, já no período JK, indicando uma inversão da ocupação mais litorânea que predominou ao longo da ocupação.

Esta situação de desigualdade de concentração das atividades pressupõe uma análise da dinâmica do restante do território que não se apresenta como um “território usado” para usar uma conceituação de Santos (1995, p.2).

Esse imenso “interior” brasileiro não passa ileso de proposições, ou melhor, representações e projeções. Pode mesmo ser entendido como o grande “sertão”. A área a ser desbravada, a área incógnita, o mundo selvagem, o idílico, as origens do “ser” nacional: um tão vasto campo de possibilidades de entendimento.

No entanto, cabe destacar que o interior projetado nos discursos dos intelectuais não pode ser caracterizado como um espaço materializado que traz consigo condições naturais e sociais específicas do local apreendido, uma vez que sempre *constructo*. Moraes coloca que o sertão é “um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo” (MORAES, 2009, p. 89).

Enfim, o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. [...] Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo da difusão da modernidade no espaço (MORAES, 2009, p.97-98).

Nesse sentido, há de se considerar como o interior - entendido em sua diversidade como vários sertões - vêm sendo pensado, analisado e ordenado pelas elites dirigentes do país, ressaltando o papel cumprido pela “conquista desse oeste” dentro do processo de formação territorial, a qual ocorreu nos moldes do pensamento hegemônico.

É inegável que para o grande oeste ou para o sertão volta-se toda a atenção no sentido de encontrar formas de homogeneização e integração com a lógica do todo, impulsionadas a partir dos centros de poder econômico e político. Aqui as políticas territoriais² têm papel decisivo. Em geral o caráter modernizante entra com toda a força tanto no sentido material da infraestrutura, ou como

queria o professor Milton Santos, dos fixos, e também no sentido imaterial, dos fluxos, ou das superestruturas. De qualquer forma, há de se construir um discurso que veicule uma determinada ideia de “área” a ser transformada pela modernização técnica, em todas as suas dimensões materiais e ideais. É nesse sentido que o conceito de sertão vai servindo para “qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada” (MORAES, 2009, p. 91).

Neste sentido, um grupo que merece atenção é o dos intelectuais, que apresentam uma participação decisiva na construção de uma identidade nacional ou de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), mas também contribui para o processo de formação territorial. Segundo Gramsci (GRAMSCI, 1979, p. 7-8).

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade, a função de intelectuais [...]. Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.

O intelectual no Brasil, particularmente, sempre ocupou um *status* de superioridade diante dos outros estratos sociais presentes na sociedade. Entre nós a figura do intelectual sempre esteve ligada à do “detentor do saber relativo às leis da evolução histórica” (PÉCAULT, 1990, p.6), portanto, à do detentor legítimo do conhecimento. Esta necessidade de colocar o intelectual neste patamar está intimamente ligada à necessidade deste ser uma figura que represente a nação, ou seja, uma figura “inquestionável” que possa apresentar o país como forte, consolidado e fundamentado para ter liberdade de efetivar as ideias dominantes.

A ligação com as ciências sociais é quase uma predeterminação para os intelectuais brasileiros, pois é nas ciências sociais que há o contato e a elaboração do conhecimento acerca do país, mas acima de tudo há uma construção ideológica do que é este país. Assim, de acordo com Pécault,

Todos os intelectuais brasileiros mantêm laços com as “ciências sociais”: a “sociologia” na década de 30, e uma mistura de sociologia e economia nos anos 60 e 70. Pois as “ciências sociais” nada mais são do que o discurso que o Brasil faz sobre si mesmo e o indicador da posição que o intelectual ocupa no processo de constituição da nação brasileira. (PÉCAULT, 1990, p.7).

Discutir o papel dos intelectuais na vida e na construção de um país é falar dos arranjos políticos e sociais casados com as dinâmicas territoriais. Ainda segundo Pécault, os intelectuais são vistos como “uma camada social com vocação para conduzir a nação ao encontro de si mesma” (PÉCAULT, 1990, p. 8).

Levando-se em conta que esses intelectuais ao longo de, praticamente, todo o processo histórico estiveram diretamente ligados ao aparelho de Estado, estes influenciaram decisivamente no processo do planejamento e do ordenamento do território. Há de se levar em conta ainda que a intenção primordial do modelo esteve envolvida com o processo de integração do mercado consumidor e pautada pela modernização técnica do território, principalmente, a partir dos anos de 1930. Isto implica em avaliar o sentido assumido pelo conceito de interior ou de “sertão”, área de atraso a ser vencido, tanto no discurso como na “recepção”; na fala dos intelectuais e na resposta da sociedade a esses discursos.

Entende-se como fundamental, portanto, compreender o papel do intelectual e sua relevância no contexto da obra em análise, bem como compreender o *indivíduo expressivo* (GOLDMANN, 1979). Neste sentido pode-se dizer que Nelson Werneck Sodré configura-se como um intelectual de peso capaz de expressar uma visão de mundo compartilhada por um determinado grupo social, a partir de seus escritos. Nesse contexto vale destacar que há uma necessária ligação entre as visões de mundo e a eficácia política dos discursos, levando em consideração, a que grupo social e político, este intelectual respondia. Assim, conforme a proposição de Lucien Goldmann (1979, p.8):

O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro. E este, por sua vez, é apenas um elemento do conjunto que é o grupo social. Uma idéia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento.

Nelson Werneck Sodré aparece como uma figura marcante de nossa história. Considerado pelos estudiosos de sua obra um historiador da vertente crítica marxista³ formulou obras que revolucionaram o pensamento da época em que viveu e não se furto ao desafio de escrever trabalhos de cunho eminentemente geográficos. A primeira fase de sua obra, no entanto, foi marcada pelas orientações positivistas, cujas influências maiores podem ser buscadas em Ratzel e La Blache. Pode-se ressaltar, assim, uma das características dos intelectuais daquele tempo no que diz respeito às suas tendências teóricas completamente vinculadas com a intelectualidade francesa e alemã.

Nasceu em 1911 e já com 13 anos de idade, em 1924, ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e, em 1930, na Escola Militar do Realengo. Em 1933, Sodré concluiu o curso da Escola Militar do Realengo, fez a declaração de aspirantes, em janeiro de 1934, e logo em seguida foi designado para servir no Regimento de Artilharia de Itu – SP, dentro do tradicional Regimento Deodoro. Na Escola Militar do Realengo os alunos passavam por um cotidiano escolar característico:

Cotidiano escolar: Manhã: dedicada aos exercícios físicos; Tarde: dedicada aos ensinamentos teóricos. A Escola Militar foi para Sodré, como para muitos outros alunos, a passagem natural e um novo palco de debates. Vale somente lembrar que essa passagem acontece sob a égide de um novo momento, sob o imaginário de uma expressão política idealística do tenentismo, referenciada no nome da turma, o nome de herói da coluna – Siqueira Campos – e corporificada no referencial ético de um oficial de reputação ilibada e currículo exemplar (CUNHA, 2002, p. 66).

Desde a infância, sempre teve muito contato com a literatura e com um vasto aparato de livros direcionado a diversas temáticas. No início de sua carreira, Sodré encontrou na imprensa o viés prático para exercitar o seu dom: a escrita. Em 1929, estreia na imprensa com a publicação do conto *Satânia* premiado pela Revista *O Cruzeiro*. Neste mesmo ano trabalhou no *Jornal do Comércio*, onde fazia revisões de textos; porém, esta experiência não durou muito tempo. Ainda em 1929, escreveu *Obregon*, “artigo em homenagem a um general nacionalista mexicano assassinado,

contabilizado por ele mesmo como sua primeira manifestação bem como tomada de posição política” (CUNHA, 2002, p.56).

O momento era de muita euforia por dentro do Exército, pois, além de toda a transformação da situação política vivenciada, essa instituição também passava pelo seu processo de reforma, sendo esta, na primeira metade do século XX, uma “necessidade amplamente admitida”⁴. (MORAES, 2005). Esta reforma deveria vir acoplada a uma modificação estrutural, colocando o Exército nos moldes da modernização. Alguns discursos foram elaborados a fim de que este seguisse algum modelo europeu para fundamentar suas bases modernizantes. Neste sentido, foi publicado, em 1904, o livro *A reforma do Exército*, de autoria do capitão Liberato Bittencourt. Nesta produção, que se apresenta como marco inicial do processo de reforma que o Exército passou, Bittencourt lança as bases para a adesão do Exército brasileiro aos moldes do militarismo alemão:

Foi principalmente no interior mesmo do Exército que o impulso pela reforma modernizante se manifestou: já em 1904, o capitão Liberato Bittencourt publicou um livro exatamente com o título de *A reforma do exército*, no qual preconizava a adoção do modelo chileno, cujo exército, organizado segundo os rígidos critérios prussianos, desbaratara as tropas peruanas e bolivianas, e insistia no contraste entre sua disciplina e sua capacidade bélica e nossa “organização militar atrasada”. Na verdade, através do exemplo dos chilenos, o capitão Bittencourt advogava a implantação, em nosso exército, do ‘militarismo alemão’ (MORAES, 2005, p.136).

As instituições de ensino também eram influenciadas diretamente pela transformação sócio-política que ocorria à época. Assim, “a Escola Militar era uma instituição em transformação e já apresentava sinais das novas influências de uma situação política relativamente mais oxigenada e de uma nova inspiração de ensino, pautada na tradição militar francesa, que gradualmente começava a se impor” (CUNHA, 2002, p.45). Esta característica do ensino nos moldes franceses influenciaria a geração dos intelectuais militares dessa época, da qual Sodré fazia parte. Esse ensino trazia claramente a vertente positivista como delimitadora de toda a estrutura das escolas do Exército.

Sodré integrou o corpo de estudiosos pertencentes ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), instituição de peso fundamental na década de 1950, no Brasil. Apresentava-se com uma produção científica que incomodava a muitos, por seu espírito revolucionário, ideias e concepções que pegavam na raiz dos problemas sociais e políticos do momento. De acordo com Nogueira (1999, p. 3),

Nos anos 50, ajudaria a fundar, com intelectuais de variadas orientações, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que tanta importância teria na fixação da mentalidade do planejamento público entre nós e na generalização de uma visão mais arejada dos problemas nacionais. O ISEB, como se sabe, criaria grande celeuma nos ambientes universitários que então se formavam, sobretudo em São Paulo, de onde partiria uma incansável oposição estruturada pela tese de que era preciso renovar o pensamento social brasileiro, até então visto como prisioneiro de interpretações genéricas, “ideológicas”, antigas. Atuando como professor, Sodré acumularia material e experiência para lançar, pouco depois, com seus colaboradores, a ideia da “História Nova”, uma arrojada concepção dedicada a renovar o ensino da história e o ofício do historiador.

No que diz respeito à Geografia propriamente, Sodré foi um dos pioneiros a manifestar-se contra o positivismo, na década de 1970, que regia os trabalhos produzidos pela Escola Francesa exigindo um posicionamento crítico dos pesquisadores do espaço territorial brasileiro, sobretudo, no seu texto de 1976: *Introdução à Geografia: geografia e ideologia*. Antes disso, contudo, veio a

utilizar-se dos conceitos da Geografia Francesa e também, de certa forma, da Geografia Alemã, para compor a análise apresentada no livro *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941).

Em várias de suas obras publicadas, o autor apresenta uma contribuição inestimável sob o ponto de vista de nossa história territorial.

Em face desse equacionamento, a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um *território*. Este envolve a relação de uma sociedade específica com *seu* espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar, o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações sociais, obras humanas que subvertem as características naturais originais. As construções e destruições realizadas passam a fazer parte daquele espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história (MORAES, A. C. R, 2000, p.17).

Na primeira fase da obra, encontra-se um projeto de Brasil, uma leitura ou uma representação do “espaço” brasileiro tão caro aos propósitos do pensamento geopolítico nacional, respaldado em pensadores como Oliveira Vianna, Mário Travassos etc. Cabe resgatar esse projeto de Brasil que se manifesta em suas concepções geográficas, em duas vias: a produção da ciência geográfica propriamente dita; e, por outro lado, a proposta de ordenamento territorial que daí pode ser extraída. Aqui, somente esta segunda parte terá o foco analítico.

3 NELSON WERNECK SODRÉ: INTELLECTUAL GEOPOLÍTICO

Como já dito, o intelectual no Brasil sempre ocupou uma posição particular diante dos outros estratos sociais presentes na sociedade. A figura do intelectual sempre esteve ligada à do “detentor do saber relativo às leis da evolução histórica” (PÉCAULT, 1990, p. 6), portanto, à do detentor legítimo do conhecimento.

Os geopolíticos militares encaixam-se como um grupo de intelectuais que está intimamente ligado à construção da formação territorial do Brasil, conseqüentemente, ligado às ideologias do Estado. Para o período histórico (1930-1945), as concepções e discursos desses intelectuais tiveram uma especificidade: o de ocupação e integração do território.

Nelson Werneck Sodré no livro *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* apresenta um discurso geopolítico baseado no pensamento de Mário Travassos, fortalecendo a proposta em prol de um sistema ferroviário para o Brasil e possibilitando a ligação com os países da América do Sul.

Ocorrem várias convergências entre o pensamento de Nelson Werneck Sodré e o de Mário Travassos no que diz respeito à construção da malha ferroviária nacional, cabendo resgatar os embates presentes na sociedade brasileira desse tempo, bem como avaliar o papel que essas propostas tiveram no conjunto das elaborações intelectuais acerca da formação territorial brasileira.

Compreender esses embates e os projetos que definitivamente foram materializados ajudam-nos a compreender as perspectivas e as limitações sobre o território tal qual se apresenta hoje. Trata-se de projetos debatidos intensamente ao tempo e que, ao serem implantados, trouxeram imensos impactos que hoje exigem avaliação.

Diante do discurso de Nelson Werneck Sodré pode-se perceber a preocupação geopolítica proveniente de militares nos finais da década de 1930 e início de 1940, apresentando uma visão de mundo casada com o discurso de construção efetiva da nacionalidade brasileira. Quando Sodré

remete ao “sentido nacional” brasileiro, baseado no discurso de construção de uma malha ferroviária que possibilite a interligação das áreas isoladas do território para manutenção da unidade, vê-se a preocupação deste intelectual com a construção da nacionalidade via integração do território.

O pensamento hegemônico da época remete à implantação de uma política territorial via meios de transportes de alcance nacional que possibilitaria o processo de comunicação entre as regiões brasileiras. Isto permite o entendimento sobre este pensamento geopolítico de implementação de uma infraestrutura de transportes no território nacional e internacional como um grande empreendimento proposto via Estado.

Segundo Vlach (2002/2003, p.140-141),

Travassos espera que o governo resultante da Revolução de 1930 compreenda o papel de importância fundamental que as redes de transporte exercem em países de grande dimensão territorial, e cujo interior é praticamente despovoado. Em escala nacional, o desenvolvimento de uma política de transportes contribuiria para favorecer a ocupação do interior, o que, de maneira gradativa, intensificaria as relações entre as regiões brasileiras. Compreende-se, assim, a referência que faz o papel político dos “homens de Estado” (leia-se Vargas) nas coletividades que dirigem. Com efeito, Travassos fornece elementos importantes para a implantação de uma política territorial por meio de redes de transporte com amplitude nacional, que permitam o estabelecimento de comunicações entre as regiões brasileiras. E o povoamento das regiões do interior, isoladas entre si, e cujos laços com o governo central deixam a desejar do ponto de vista de uma unidade territorial é uma das armas mais consequentes para transformar em realidade a ambição brasileira de exercer hegemonia na América do Sul.

Nelson Werneck Sodré, em 1941, seis anos após a publicação de Travassos e utilizando-o como bibliografia, redige uma análise do Oeste brasileiro colocando o transporte ferroviário com as mesmas características destacadas por Travassos. Num país de grande dimensão territorial com um interior (Oeste) “despovoado”, a via férrea viria como uma política de ocupação e desenvolvimento econômico dessas terras do país. Sodré utiliza-se da mesma proposta construída por Travassos (1935), sendo um discurso direcionado ao Estado Novo de Vargas.

Unidade política, desenvolvimento econômico e defesa militar são fenômenos que fazem parte do projeto político do “Estado Novo” para a nação brasileira. Há, pois, perfeita sintonia entre as proposta de Travassos e o governo Vargas. Na verdade, o governo Vargas põe em prática a sua concepção de nação enquanto uma corporação de cidadãos, cujos direitos e deveres são definidos em função de sua participação profissional na sociedade, desde o início (1930). Mas o corporativismo substituiu o liberalismo econômico apenas quando se iniciou o “Estado Novo” (1937-1945). Tais direitos e deveres são definidos pelo Estado, a exemplo da legislação sindical, da Consolidação das Leis do Trabalho, da obrigatoriedade do ensino público, gratuito e laico, o que explica porque a “organização” da sociedade e o nacionalismo caminham juntos: o Estado se organiza, e organiza a atividade política em torno da defesa do nacionalismo; o nacionalismo é a arma que lhe permite impor a “ditadura republicana” a todos. Em outras palavras: essa “organização” substitui a política propriamente dita. (VLACH, V. R. F, 2002/2003, p.142-143).

É interessante notar o momento em que aparece o livro “Oeste” de Nelson Werneck Sodré. Em 1938, Vargas passa a implementar a proposta de “marcha para o oeste”, “considerando as observações de Filinto Müller (chefe da polícia política) após a Intentona Comunista (1935)” (VLACH, V. R. F, 2002/2003).

[...] os “desocupados” dos grandes centros urbanos, considerados como elementos perturbadores da ordem pública, deveriam, sob os auspícios do Estado, ser estabelecidos no interior do território brasileiro, onde desenvolveriam atividades no setor primário [...]. É assim que a Fundação Brasil Central, criada pelo governo federal, começa a implantar uma infra-estrutura de transportes no centro-oeste do território. Algumas cidades foram fundadas: em 1942, é inaugurada Goiânia, construída para ser a capital de Goiás, verdadeiro marco da “marcha para o oeste”. É interessante registrar que, referindo-se à proposta de ocupação e povoamento dessa região, Everardo Backheuser a qualifica como “programa geopolítico” do governo Vargas. (VLACH, V. R. F, 2002/2003, p. 144).

O que já se pode perceber é que tanto Nelson Werneck Sodré como Mário Travassos pode ser “enquadrados” numa geração de intelectuais que teve um papel fundamental para a formação territorial brasileira, colocando-se ao lado do Estado para efetivar essa construção e oferecendo a base nacional para isso. Segundo Pécault (1990), essa geração de intelectuais constitui-se participando diretamente das funções públicas ou não, numa elite de cunho claramente dirigente.

4 OESTE: ENSAIO SOBRE A GRANDE PROPRIEDADE PASTORIL: FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA E MODERNIZAÇÃO DO INTERIOR

O livro *Oeste* de Nelson Werneck Sodré foi publicado em 1941, resultado de suas incursões ao território que hoje pertence ao estado do Mato Grosso do Sul, sobretudo na região que é hoje Campo Grande, entre os anos de 1934 e 1937. Este autor, neste período, acompanhava tropas do exército que estavam em movimento, possibilitando um estudo sobre aquela determinada porção do território e uma análise que vai além do foco que o subtítulo expõe, qual seja o processo de colonização pastoril do sertão de além-Paraná.

Em 1938, Sodré passa a servir diretamente na guarnição de Campo Grande e “íntegra a campanha contra os grupos de bandoleiros que assolavam os chapadões do Oeste”. (SOUZA, 2011)⁵. Souza ainda comenta que Sodré “valeu-se mais de observações diretas e vivência militar do que de análise de dados estatísticos, documentos e bibliografia”, porém, isto pode ser verdade em parte, pois, este autor utilizou uma bibliografia e lançou mão na construção discursiva do livro, de dados importantíssimos e caros à ciência geográfica e a outras ciências humanas. Apresenta, em sua base teórica, autores franceses e alemães, trabalhando com a sua análise mais voltada para as teorias geográficas francesas – como, por exemplo, o gênero de vida – em detrimento de outra concepção, a de base alemã⁶.

Na vasta produção do autor, *Oeste* não tem os mesmos nível e significação daquelas obras de “textura substantiva”, embora, como salientou José Paulo Netto, no caso de Sodré “não há que opor o caráter testemunhal à substantividade”. *Memórias de um soldado*, por exemplo, “além de ser texto muitíssimo bem construído, dos mais belos da memorialística brasileira – é um extraordinário painel sócio-político da vida de nosso país, cobrindo todo o segundo terço deste século”. Por outro lado, cabe ressaltar a autocrítica de Sodré acerca de *Oeste*, registrada em *Memórias de um escritor*: o autor “não tinha o domínio das informações e das ciências necessárias à pintura de um quadro tão amplo” (SOUZA, 2011, p.1).

Esta afirmação de Souza de que Sodré, em *Memórias de um escritor*, “não tinha o domínio das informações e das ciências necessárias à pintura de um quadro tão amplo”, de certa forma, já foi contestada por Paulo Ribeiro da Cunha⁷ quando se refere às passagens que Sodré aponta negativamente, tanto em relação ao conteúdo exposto nas obras, como também à questão de ser um alienado em relação às questões políticas.

Há passagens em que o autor insiste em apontar negativamente ser um alienado, desinteressado e ausente das questões políticas e outras em que se entrega, levando em conta as diversas manifestações políticas ao longo de sua trajetória inicial, seja como escritor ou como militar. Vale lembrar que Lukács confere à categoria da alienação um tratamento distinto dos demais autores contemporâneos já que, segundo Sérgio Lessa, corresponde à afirmação prática da capacidade do homem em modificar o real no processo de reprodução, resultando, em última instância, em um caráter de positividade. É como entendemos essa questão quando relacionada a Nelson Werneck Sodré e sua obra, em que pese sua autocrítica em contrário. Também considero que, nesta análise, suas vocações devem ser mediadas politicamente por dois eixos categoriais que, privilegiados na apreensão desta (re)construção de seu pensamento político, podem possibilitar explicações sugestivas de posturas diferenciadas ao longo de sua carreira. Noutros termos, é fundamental, nesta articulação, apreender o eixo inicial referente à pequena burguesia, que está associado a um segundo eixo relacionado à vocação paralela do intelectual, e ambos nucleados à apreensão de uma concepção particular de política (CUNHA, 2002, p.13-14).

Sem dúvida, *Oeste* traz uma contribuição no sentido propositivo de um projeto de Brasil. Mesmo que o enfoque do livro seja a questão da colonização pastoril do além-Paraná, Sodré traz na construção do seu discurso uma visão do interior brasileiro, da formação territorial que ali se vê, das populações características de tais localidades e, com isso, propõe uma transformação deste “oeste” brasileiro, deste grande sertão ainda desabitado e inócuo, sequioso de “civilização” e modernidade para iniciar um processo contínuo de transformação.

O papel apresentado pela existência do grande interior brasileiro e suas populações era um dos temas em voga na sociedade brasileira no período de produção da obra. As políticas de Estado no período Getúlio Vargas, muitas delas estavam voltadas para este processo: como as terras opostas ao litoral servirão no sentido da unidade territorial efetiva. A marcha para o oeste pode ser um dos exemplos de ações tomadas neste período.

O *Oeste* é dividido em dez capítulos⁸, cada qual apresentando os aspectos históricos e geográficos necessários para descrever o que Sodré julga pertinente para demonstrar uma visão panorâmica do que ele chama de “Oeste”.

O primeiro aspecto levantado por este autor é a questão do que podemos considerar como o “Oeste brasileiro”. Assim, vê-se que este fora, num determinado período histórico, a grande promessa de um possível crescimento e desenvolvimento econômico inesgotável para o Brasil. Seria uma fuga do “litoral”, uma fuga ao fisco litorâneo, mas com o objetivo de se transformar e alcançar o nível de desenvolvimento deste. Ou seja, o “Oeste” era visto com um olhar positivo, um local de grandes promessas. Neste sentido, trata-se de uma visão sobre o processo de formação do território brasileiro, opondo duas porções territoriais que se encontram em níveis de desenvolvimento econômico diferentes.

Desconhecido e complexo, quer na sua geografia, quer na sua historia, quer na sua organização social, o Oeste brasileiro permanece uma incógnita. Houve um momento, na distensão territorial da colônia, em que ele surgiu como uma gigantesca promessa. Seria a fonte inesgotável de todas as riquezas e representaria, ao mesmo tempo, a possibilidade de fuga ao fisco litorâneo, expresso na autoridade dos mandatários do erário lusitano (SODRÉ, 1941, p.11).

A modificação desse olhar sobre o oeste brasileiro deveu-se muito a dois fatores principais, segundo Sodré: a decadência do movimento bandeirante, a qual propiciou a arremetida do “desbravamento” destas terras, tanto ao que se refere à caça ao índio ou mesmo à conquista do couro; e a questão da centralização empreendida pelo Segundo Império, produzindo um

“depauperamento extremo das populações do Oeste” e, conseqüentemente, deixando a questão da produção do espaço no e do Oeste paralisada (SODRÉ, 1941).

Meio século caracterizado pela federação republicana marcaria um profundo hiato, findo o qual a nacionalidade regressaria às fontes primárias e básicas da sua consolidação: o advento da hegemonia incontestada do poder central sobre as organizações regionais e a marcha lenta e contínua da civilização no sentido do interior (SODRÉ, 1941, p.11).

A demonstração de um processo inicial de modernização aparece quando Sodré trata a questão da produção cafeeira. A inserção das lavouras cafeeiras rumando para a barranca do Paraná e a “necessidade, cada vez mais premente, de integrar as ricas regiões intervaladas entre o Paraná e o Paraguai, já notáveis pela cultura pastoril” é o que conduziria a um processo de modificação material do território. A questão do transporte é extremamente importante, pois é ele que movimenta toda a produção e, a criação de uma via férrea possibilitará, nas palavras de Sodré, um “ritmo novo marcado pelos comboios ferroviários”. (SODRÉ, 1941, p.12). Neste sentido, a situação de extremo abandono de um lado e indícios de um suposto desenvolvimento de outro, caracteriza o “Oeste”, para Sodré:

Essa brusca mutação, do mais completo abandono às perspectivas de um desenvolvimento muito rápido, - e a intercorrência do regime básico permanecer o da cultura pastoril, - trouxe, em consequência, o desequilíbrio de que é, hoje, teatro o Oeste, com o advento de uma população estranha, de todas as origens, gente sem história, impulsionada pela fuga à autoridade e a que a extensão territorial devia propiciar o ambiente preciso em que poderia começar um ciclo novo, na sua ânsia de autonomia, característica eterna e fundamental do regime pastoril, - com todas as possibilidades de realizá-lo integralmente (SODRÉ, 1941, p.12).

A população que compunha o regime pastoril e conseqüentemente as características nômades destas populações – o mineiro, o gaúcho e o paraguaio – é que impediria o desenvolvimento das áreas a Oeste. “Populações inquietas que trariam aquela ânsia de autonomia, aquela agrestia de costumes, aquela tendência imutável e permanente de fuga à autoridade, que deviam marcar, inexoravelmente, as suas características fundamentais” (SODRÉ, 1941, p.13). Portanto, são populações que não tinham nos seus “costumes” o modo de vida sedentário, característico de uma modernidade capitalista, o qual fixaria o homem ao solo, provocando o processo de produção do espaço e transformação do mesmo.

O campeador tem hábitos firmes e padrão de vida pobre. Suas esperanças fundam-se em pouco. Um cavalo, uma arma, uma cobertura, eis o que ele mais necessita. Andando sempre, de oeste para leste, de sul para norte, conduzindo os rebanhos, não tem pouso certo nem morada definitiva. Dorme no campo ou nos galpões abertos que, de longe em longe, encontra. O poncho é resguardo contra o tempo, coberto para a noite, leito morno onde esquece as canseiras da soalheira tremenda dos caminhos do pantanal ou a tristeza da monotonia dos chapadões que não têm fim [...]. O campeador não se fixa. É um sôfrego de movimento e de mudanças. Vive na fascinação dos horizontes. Não pode parar. Nada o detem. Adormecido, na sua precária melhoria, pela impossibilidade mesma em elevá-la, pela remuneração em espécie, no regime da partilha, vendendo aqui e comprando acolá, tendo necessidade de muito pouco para manter-se, não se radica e nada deixa de si (SODRÉ, 1941, p.16).

Nelson Werneck Sodré tal como Oliveira Vianna, utiliza-se das teorias darwinistas sociais na construção de uma visão sobre os povos autóctones. É umas das formas que se encontra para justificar a estrutura social vigente.

Pode-se elencar, em diversos pontos do livro, o tema da dificuldade encontrada para estabelecer uma continuação do processo de formação do território brasileiro, mais especialmente das terras a oeste, quando os povos que nele se encontravam não estabeleciam o vínculo necessário para que a produção capitalista do espaço ocorresse. Segundo Sodré (1941, p. 55-56),

Ao tempo da colônia, o dominador teve, contra ela, dois motivos de ranço. Foi o primeiro uma razão fortíssima para Portugal da decadência: o elemento pastoril não pesava no fisco, não contribuía senão com parcela diminuta. Havia outros elementos que contribuía com parcelas avultadíssimas. Para eles voltou-se a atenção do colonizador. O outro motivo não era menos forte: o vaqueiro sempre demonstrou uma enraizada aversão ao domínio. Fugiu ao litoral, buscou os sertões, penetrou-os, desceu e remontou rios, perlustrou vales, nessa fuga intensa à autoridade, ao fisco ao mando dos homens de coroa que, “arranhando o litoral”, como deles disse Frei Vicente do Salvador, nele fixavam a organização do fisco, da repressão, da vigilância tenaz e opaca.

Segundo Sodré, as distâncias também foram um dos fatores que prejudicaram a consolidação territorial do oeste e, conseqüentemente, o seu processo de formação territorial e modernização. Diante do processo de formação, desde a Colônia até a conformação atual, vê-se uma imensa porção a oeste do território que exige e exigiu muito para que fosse “incluída” no processo de desenvolvimento capitalista, sobretudo a partir de meados do século XX, quando políticas foram elaboradas a fim de agregar tal porção territorial à mesma dinâmica do litoral. A transferência da capital do Brasil para o planalto central foi uma destas políticas.

Já ao tempo da colônia, o problema se afigurava imenso. Os governadores levavam, comumente, meses para chegar aos pontos de suas capitâneas em que a sua presença era necessária. Isso aconteceu, na terceira década do século XVIII, com D. Rodrigo Cesar de Menezes. D. Rodrigo, governador da capitania de S. Paulo, - uma imensa capitania de cujas sucessivas amputações surgiu o estado de hoje, - empreendeu uma viagem a Cuiabá [...]. Através dessas longas distâncias, em cujo percurso os dias decorrem monótonos pela uniformidade dos panoramas, só se encontram pastagens infinitas, grandes rebanhos e poucos boiadeiros. Aí se verificam, em toda a sua plenitude, as duas características fundamentais do regime pastoril: os enormes latifúndios e a pobreza do elemento humano. Percorrendo os longos itinerários do Oeste, esse aspecto se torna uma espécie de denominador comum a que se reduz, quase sempre, a fisionomia da paisagem. Campos infundáveis em que os vaqueiros, com os seus ponchos, destoam do verde igual que os rodeia (SODRÉ, 1941, p. 21).

Na construção do discurso, ainda remetendo aos *Aspectos Gerais* do Oeste, Sodré demonstra como o território é pensado pelo Estado a fim de dinamizá-lo, utilizando, sobretudo, o planejamento de transportes, possibilitando a criação de vias de penetração no território.

O deslocamento da exploração dos ervais fixar-se-ia nos altiplanos do Amambaí, chapadões extensos que descem, suavemente, para a caixa do Paraná. Os tributários da margem direita desse rio iam constituir-se em caminhos naturais de escoamento. Já não ficariam essas vias reduzidas a uma carreteira e a uma linha d'água. Desdobrar-se-iam em verdadeira rede convergindo para o Paraná, por cujas águas a erva desceria até o estrangulamento de Sete Quedas. Uma via férrea transportá-la-ia a Porto Mendes, por outro ponto sensível da torrente, reduzida, aí, a menos de

sessenta metros de largura, numa cova profunda. De Porto Mendes, ganharia o território argentino, a fim de ser industrializada e vendida (SODRÉ, 1941, p. 27).

Outro aspecto de extrema importância quando pensamos na configuração territorial do que Sodré chama de “Oeste” é o predomínio da grande propriedade (ou latifúndio). A agricultura, segundo ele, pode corrigir o processo de fragmentação do território, pois, só o regime agrícola “pode propiciar a emancipação que o produto do trabalho de pequeno número oferece” (SODRÉ, 1941). No grande oeste, há a permanência da erva-mate, cuja exploração foi uma das responsáveis pela abertura de caminhos, ajudando a efetivar o processo de formação deste território.

Diante dessas influências de toda a ordem, físicas, geográficas, étnicas, econômicas, o homem, no panorama contraditório do Oeste, não se impôs ainda através de um esforço notável que marcasse a sua preponderância e assinalasse o primado da sua atitude sobre todos os fatores. Conciliado com o meio, esmagado por ele, jogando entre forças tão contrárias, dissociado por males de difícil combate, endemias, sub-alimentação, pobreza, nomadismo, dispersão, sente-se mais insulado do que ligado ao meio. Só uma verdadeira e profunda revolução nos meios de trabalho e de produção poderá emancipá-lo nessa luta permanente. O desenvolvimento progressivo e intenso da pequena propriedade, o amparo extensivo e contínuo da autoridade pública, - na progressiva fragmentação da grande propriedade, vinculada a fundamentos tão sólidos quanto os apresentados e rapidamente bosquejados aqui - pequena propriedade apoiada necessariamente na cultura agrícola poderá mudar a face das cousas, afetando de novas características o ambiente ora tão disperso e adverso. Apoiado na terra, decisivamente vinculado ao solo, o fator humano poderá fazer valer a sua atividade, o seu trabalho, desdobrando-se em novas riquezas, na emancipação de sua função, do papel que vem representando na imensidade do Oeste (SODRÉ, 1941, p.192-193) [...].

Os formidáveis trajetos que, em todo o desenvolvimento dessa exploração, foram necessários, para levar a erva aos mercados consumidores, ofereceram outra condição imperativa de emprego de um grande capital, individual ou de sociedade pequena, que se fixou, produziu, transformou-se e perdurou como único. Na falta absoluta de caminhos, na necessidade de os abrir, só a iniciativa alicerçada em grande capital, portanto em grande propriedade, no caso, poderia apoiar o sentido expansionista da cultura de exploração. A ausência de auxílio ou apoio do Estado, pela absoluta insuficiência com que se apresentou sempre, o predomínio absoluto da iniciativa particular, articulou o processo de que resultou a grande propriedade. Fragmentá-la seria, tanto quanto se possa prever, impossível. As próprias condições demográficas, imperativas para a transformação de grande à pequena propriedade, são, na zona ervateira, impositivas no sentido da manutenção daquela. Não há trabalho organizado, não há braço para o labor do solo, não há densidade de populações que permitam a transformação, sem o hiato profundo que acarretaria qualquer intervenção nesse sentido. (SODRÉ, 1941, p.29-30).

Um aspecto importante que merece destaque é a diferenciação que Sodré faz entre o que seja “Oeste”, “Interior” e “Sertão”. Para este autor, durante toda a construção do discurso, “Oeste” e “Interior” referem-se à localidade material, às terras que estão no oposto do litoral e chegam até o limite fronteiro com outros países no lado ocidental. Já o “Sertão”, refere-se a um qualificativo direcionado para estas terras do interior ou do oeste.

O oeste brasileiro devia surgir aos olhos dessas populações depauperadas, como uma promissora região, capaz de traçar novos rumos à tragédia de uma coletividade perdida. (SODRÉ, 1941, p.13) [...]. A expansão pastoril dos campos

sul riograndenses e do triângulo mineiro, esta originada pela descida do gado dos sertões nordestinos, através do vale do S. Francisco, devia, na sua tremenda gula territorial, estender-se aos chapadões matogrossenses. (SODRÉ, 1941, p.13).

A descrição da paisagem também é um dos pontos importantes e mais fortes na obra, pois o autor utiliza dos mecanismos descritivos para construir o cenário do interior do Brasil, que foi palco de diversos tipos de intervenção ou mesmo de diversas transformações que acarretassem a sua modernização e a sua ligação com a dinâmica capitalista do litoral. Esta descrição permeia todo o livro, mas recebe destaque no capítulo dos *aspectos geográficos*, dividindo, por exemplo, as terras a oeste em duas porções antagônicas: a que se inclina à bacia Platina e a outra para a bacia Amazônica.

Para o autor, o aumento e a construção de uma ferrovia que ligaria o oeste brasileiro com a Bolívia pode ser destacado como um fator de modernização destas áreas, ou seja, o sertão sendo retirado da sua condição de “atrasado”, “não civilizado”, para receber e conhecer o fator moderno possibilitado pelo Estado. A construção desta ferrovia, que ligaria o oeste brasileiro ao território boliviano acarretaria, de acordo com Sodré, uma obra singular, mas, já naquele tempo, atrasada, que constituiria uma nova componente na geografia humana do Oeste: seria a construção da estrada de ferro partindo de Bauru – SP e transpondo o vale do Paraná, chegando à barranca do Paraguai indo até a Bolívia. Tal ferrovia recebeu o nome de Noroeste do Brasil, ligando os territórios matogrossenses ao que o autor chama de “corpo do Brasil” - o litoral -, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro. (SODRÉ, 1941, p.111).

A possibilidade de integração do Oeste na comunidade nacional só foi viável depois que a Noroeste reuniu a ponta dos seus trilhos, articulando-se com os da Sorocabana, que poderia continuar o escoamento da produção central, levando-a a Santos, por obra da realização formidável de Gaspar Ricardo, com o desvio de Mairinque, ou pela estrada estrangeira que une-o por às terras altas de Jundiá (SODRÉ, 1941, p.111-112).

De acordo com Sodré, é por meio desta incursão do transporte ferroviário, que sai da “Estrutura brasileira”⁹, onde o desenvolvimento é acelerado (São Paulo), e adentra os territórios do oeste, que abre a possibilidade para a chegada e o deslocamento progressivo das atividades modernas, acarretando também um desenvolvimento destas porções territoriais; ou seja, “seria o prolongamento da atividade paulista, já canalizada pela via férrea para o centro do Brasil” (SODRÉ, 1941, p.112).

Outro aspecto importante destacado por Sodré em relação às populações do Oeste, é que foi quase automático o processo de adaptação destas: “Ele se amoldou, vinculou-se, conciliou-se com o meio. Não comungou, jamais com ele. Não estreitou suas ligações a ponto de viver, intensamente, as suas crises”. (SODRÉ, 1941, p.121). Não procurou estabelecer um processo de domínio sobre a natureza, transformando-a. Não buscou alterar suas condições. Este é um fator interessante, pois, não basta somente trazer o processo de modernização do território, modificá-lo, ligá-lo ao território que é desenvolvido para trazer o desenvolvimento. É necessária a mudança do pensamento, das atitudes, das formas e dos sentidos que possibilitam olhar de uma forma diferente o mundo. Este papel ideológico de “mudança” na forma de pensar de uma parcela da sociedade é em grande parte responsabilidade do Estado e dos personagens que respondem a ele.

Diante dessas influências de toda a ordem, físicas, geográficas, étnicas, econômicas, - o homem, no panorama contraditório do Oeste, não se impôs ainda através de um esforço notável que marcasse a sua preponderância e assinalasse o primado da sua atitude sobre todos os fatores. Conciliado com o meio, esmagado por ele, jogando entre forças tão contrárias, dissociado por males de difícil

combate, endemias, sub-alimentação, pobreza, nomadismo, dispersão, sente-se mais insulado do que ligado ao meio. Só uma verdadeira e profunda revolução nos meios de trabalho e de produção poderá emancipá-lo nessa luta permanente. O desenvolvimento progressivo e intenso da pequena propriedade, o amparo extensivo e contínuo da autoridade pública, - na progressiva fragmentação da grande propriedade apoiada necessariamente na cultura agrícola poderá mudar a face das cousas, afetando de novas características o ambiente ora tão disperso e adverso. Apoiado na terra, decisivamente vinculado ao solo, o fator humano poderá fazer valer a sua atividade, o seu trabalho, desdobrando-se em novas riquezas, na emancipação da sua função, do papel que vem representando na imensidade do Oeste. (SODRÉ, 1941, p.192-3).

A marcha da agricultura, com o advento da pequena propriedade, será o avanço civilizador e nacionalizador que atenuará e há de concluir por acarretar o desaparecimento das forças contrárias que jogam no cenário do Oeste. Representará a emancipação humana das massas entregues ao abandono e ao extermínio. A mudança radical de processo econômico, com os reflexos na alteração do ritmo social, dará novas linhas a um desenvolvimento que se fez até aqui, descontínuo e disperso. Corrigidas, pela marcha evolutiva da produção, as anomalias que se traduzem na instabilidade e na pobreza, o Oeste assumirá condições bem diversas e poderá estruturar uma fase nova no seu desenvolvimento, - fase de riqueza e de libertação (SODRÉ, 1941, p. 202).

Sendo assim, Nilo Odália (1997) tem razão quando apresenta e discute o verdadeiro sentido da construção do sentimento de pertencimento a uma Nação: um sentimento forjado no dia-a-dia desde a vida colonial e que permeia até o presente momento histórico. Odália (1997) destaca ainda o papel do historiador nessa elaboração. Isso é fundamental, pois, sendo Sodré um historiador de formação militar, pode-se ter uma noção geral do papel dos seus escritos em relação à elaboração de um projeto nacional, como também do papel do seu discurso elaborado como representante e pertencente a um grupo social.

A tarefa do historiador como expoente do “máximo da consciência possível” (Goldmann) é alargar e aprofundar, por uma fundamentação alicerçada nos eventos históricos, a consciência nacional que se apresenta, em seus primórdios, como apanágio de alguns poucos privilegiados [...]. O projeto de Nação não aparece simplesmente como criatura das lucubrações mentais de um único homem, o historiador; ele não é sua criação *ex nibil*. O projeto, tanto em sua generalidade quanto em seus traços específicos que passa a ostentar, pertence ao grupo social. Ao historiador, como expressão intelectual do grupo social a que pertence, incumbe diligenciar para traduzir os anseios que o revelam, os objetivos que o caracterizam, nos termos de nacionalidade, inteligibilidade e plausibilidade; e devem procurar revesti-lo de cores que não aparentem ser apenas a tradução dos anseios e ideais de um grupo social delimitado. O projeto de Nação deve surgir de sua pena como o anseio, o desejo e o ideal da sociedade como um todo (ODÁLIA, 1997, p.47-48).

5 A INTEGRAÇÃO NACIONAL E A FORMAÇÃO DO MERCADO INTERNO NA PROPOSTA DE SODRÉ

Nelson Werneck Sodré manifesta uma preocupação eminente durante todo o “Oeste” com a identidade nacional, porém não fixa sua atenção somente sobre esse tema, mas o liga ao problema da unidade do território. Uma das propostas de Sodré esteve focada, nessa obra, sobre a efetivação de um processo de desenvolvimento do país pelas vias férreas e na criação/ampliação do mercado

interno. A preocupação do autor em relação à identidade nacional brasileira perpassa outras de suas produções com forte influência do pensamento autoritário, tal como sinaliza Cunha (2002):

Por outro lado, *Panorama do II Império* [obra de Sodré de 1939] não deixa de ser um livro de explicações conservadoras, na medida em que ainda procura demonstrar determinadas alterações socioeconômicas, a exemplo da escravidão, como resultado das positivas mutações éticas ocorridas, como assim ele explica a recém-convertida postura da Inglaterra contra o tráfico negreiro, ou mesmo quando recupera uma outra face da questão, ou seja, a sua função social, influenciado, ao que parece, pelo patriarcalismo da obra de Gilberto Freyre. Sodré recorre, nesse livro, e muito, às categorias de Pareto e, como não poderia deixar de sinalizar nessa fase, aponta elementos reflexivos de uma leitura nacionalista, e da unidade nacional construída historicamente. Em vários momentos, percebe-se ainda no livro uma certa influência de Azevedo Amaral, ainda que, nesse momento, já apresente discordâncias com este autor, discordâncias até então ausentes em seus comentários anteriores [...]. Se aproximarmos da perspectiva dessa obra como projeto de Brasil, *Panorama* se configura como um avanço teórico como análise, ainda que insuficiente, já que é norteada pelo enfoque da superação da elite agrária monárquica escravocrata pela elite dos letrados republicanos (CUNHA, P.R, 2002, p.156-157).

Assim, fica sinalizada a concordância entre o discurso de Sodré ao projeto do Estado brasileiro entre os anos de 1930-1945 – período Getúlio Vargas.

No início da década de 1930, a luta entre o poder central e os grupos regionais estava vinculada diretamente à questão da unidade e integração do território brasileiro. Neste contexto, a corrente do pensamento autoritário ganhou força.

O padrão autoritário era e é uma marca da cultura política do país. A dificuldade de organizações das classes, da formação de associações representativas e de partidos fez das soluções autoritárias uma atração constante. Isso ocorria não só entre os conservadores convictos como entre os liberais e a esquerda. Esta tendia a associar liberalismo com o domínio das oligarquias; a partir daí, não dava muito valor à chamada democracia formal. Os liberais contribuíam para justificar essa visão. Temiam as reformas sociais e aceitavam, ou até mesmo incentivavam a interrupção do jogo democrático toda vez que ele parecesse ameaçado pelas forças subversivas (FAUSTO, B, 2008, p.357).

Sob a égide desse pensamento foi projetada a modernização do país, num processo que foi denominado de modernização conservadora¹⁰ alimentado pelas classes dominantes do país.

Muito influenciado pelo pensamento autoritário, sobretudo por Oliveira Vianna, Sodré, no *Oeste*, trabalha sobre a unidade e a integração do território brasileiro e a necessidade de instalação de objetos técnicos como a malha ferroviária a fim de garantir a integração do território. Anselmo (1995, p.24) destaca três conclusões básicas de “Populações Meridionais do Brasil”, obra fundamental de Oliveira Vianna: “1: Não há lutas de classes na formação histórica e social do Brasil; 2: Há que se criar no Brasil uma visão clara de Estado Unitário, centralizador, soberano; 3: O Estado deve estar nas mãos dos fazendeiros de café, descendentes e herdeiros da velha “aristocracia rural””. Estas três principais proposições são encontradas também no *Oeste* quando o autor analisa as populações do Oeste, a unidade e a integração do território brasileiro.

Ligados diretamente a esse pensamento apresentam-se no Brasil durante as décadas de 1920 e 1930, os primeiros estudos voltados para a geopolítica e, segundo essa mesma autora, podem ser considerados resultados das necessidades que se impunham no país, à época. A ideologia

nacionalista sustentou os estudos geopolíticos, que almejavam o Brasil como potência econômica mundial.

A extensão territorial brasileira e as diferenças regionais eram as grandes preocupações de tais estudos geopolíticos. Assim,

A unidade nacional passa a ser questão de extrema relevância e a centralização política ganha grande destaque, tornando-se temas de debates nacionais. Neste contexto, a divisão regional, já analisada por Oliveira Vianna, desde seu primeiro trabalho, desperta grande interesse e, talvez, isto tenha levado a uma leitura tão intensa de suas obras neste período [décadas de 1920 e 1930] (ANSELMO, R.C.M.S, 1995, p.34).

Pode-se tomar como verdade que o contato de Nelson Werneck Sodré com a obra de Oliveira Vianna data desse período e também, a absorção do discurso geopolítico preocupado com a questão da unidade nacional brasileira.

O período compreendido entre 1937 e 1945 ficou conhecido como Estado Novo, no qual o regime de governo é caracterizado por um populismo autoritário. De acordo com Andrade (1989, p.34),

[...] durante este período foram investidos grandes esforços na modernização do setor urbano-industrial da economia, enquanto procurou-se manter as instituições tradicionais no setor agrário. A construção de uma malha rodoviária que facilitasse as migrações para os centros mais industrializados foi muito estimulada, além da ocupação de áreas consideradas vazias, do ponto de vista demográfico, como o norte do Paraná e o sul do Mato Grosso.

Nelson Werneck Sodré trabalha no “Oeste”, justamente essas áreas consideradas “vazias” e, é percebendo esse território “fragmentado” – com problemas do ponto de vista demográfico e da ligação destas áreas ao “corpo da nação” (São Paulo) – que constrói um discurso casado com a ideologia da modernização proveniente do setor urbano-industrial.

Nesse sentido, percebe-se a intenção e a defesa de um ordenamento territorial que implantasse sobre o espaço uma infraestrutura capaz de promover a integração do território como uma unidade. Os objetos técnicos a serem implantados diriam respeito a grandes obras de investimento estatal capazes de gerar impactos suficientes para estimular todo um processo de ocupação e desenvolvimento econômico efetivo. Esses “grandes empreendimentos” são apresentados por Sodré de uma maneira decisivamente assertiva e em momento algum é feito sobre eles qualquer questionamento sobre os possíveis impactos negativos sobre a natureza ou sobre as populações locais. Ao contrário, a “natureza natural” precisaria ser “domada” e posta a serviço do “progresso” e todos os indivíduos que se opuserem à ordem deveriam ser “enquadrados”, da mesma forma que os “desocupados” das cidades deveriam ser levados a trabalhar nos campos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse e a importância nos estudos da obra “Oeste” de Nelson Werneck Sodré, foram além da mera constatação e caracterização do contexto histórico, social, político e do grupo ligado ao intelectual em questão: foi, antes, uma preocupação também com a determinação da posição social e ideológica ocupada pelo autor, evidenciando a existência de uma possibilidade para o seu presente. Assim, podemos perceber a existência de um discurso vinculado ao processo de formação do território brasileiro, mas especialmente às áreas que correspondem ao interior do país, denominado de “Oeste”.

O resgate do pensamento presente no autor não se limitou ao intelectual em si, dando vazão a embates de forças maiores inerentes à complexidade social de seu tempo. Constatou-se que o discurso de levar o progresso às terras a oeste, aos sertões, possibilitou a vinculação do discurso do autor aos embates políticos que ocorriam na época de sua produção. A questão de ser militar e já no momento da produção do “Oeste” estar vinculado a atividades “normais” e políticas dentro do Exército, também influenciou nosso autor no enfoque de seus posicionamentos em relação ao que deveriam se transformar as terras do interior brasileiro.

NOTAS

¹ Carlos Nelson Coutinho faz referência ao conceito de hegemonia no seu trabalho sobre Gramsci denominado: Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político. “O conceito gramsciano de hegemonia implica, por um lado, um contrato que é feito no próprio nível da sociedade civil, gerando em consequência sujeitos coletivos (sindicatos, partido, movimentos sociais, etc.) que têm uma clara dimensão pública, “estatal”. Mas implica também, por outro lado, a necessidade de formas de contrato entre governantes e governados (entre Estado e sociedade), com base no fato de que, nessas sociedades “ocidentais”, a obrigação política se funda numa aceitação consensual, por governantes e governados, de um mínimo de regras procedimentais e de valores ético-políticos. Neste último caso, estamos certamente diante de contratos que frequentemente coexistem (e de modo conflitivo) com a permanência de formas de coerção. Também não se deve esquecer, de resto, que tais “contratos” estão sujeitos a permanentes revisões e mudanças, segundo as variações do que o próprio Gramsci chamou de “correlações de força”. (COUTINHO, 2007, p. 250).

² De acordo com Moraes (2009) “O sertão é sempre alvo de projetos. Enfim, o sertão é qualificado para ser superado, por meio de um exercício onde a denominação já expressa interesses projetados pelo qualificador para os lugares abordados”. (MORAES, 2009, p.92). “Porém, como visto, a mera qualificação de uma localidade como o sertão já revela a existência de olhares externos que lhe ambicionam, que ali identificam espaços a serem conquistados, lugares para a expansão futura da economia e/ou do domínio político. Transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país”. (MORAES, 2009, p.96).

³ Verifica-se nas primeiras produções de Nelson Werneck Sodré um distanciamento grande da teoria marxista. O autor veio a incorporar definitivamente essa teoria nas suas produções a partir de meados da década de 1950. Neste projeto de pesquisa, analisaremos obras desses dois períodos de desenvolvimento intelectual do autor.

⁴ “Ainda que, por muitos, interessados em preservar a correlação militar de forças favorável à supremacia paulista, apenas da boca para fora” (MORAES, J.Q, 2005, p.136).

⁵ Jonas Soares de Souza, secretário de cultura de Itu, publica um artigo sobre o livro *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, de Nelson Werneck Sodré, no site do centenário, em 2011.

⁶ Não que Sodré não utilize autores alemães, mas que ele apresenta um foco maior sobre a bibliografia francesa.

⁷ CUNHA, P.R. *Um olhar à Esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*, 2002. 334 p.

⁸ Os capítulos são: *Panorama; Aspectos Gerais; A Grande Conquista; A Conquista Pastoril; Pobreza; A Expansão Humana; Desertão; Aspectos Geográficos; Regime Municipal; Fator Humano; Conclusões.*

⁹ Sodré denomina de “Estrutura Brasileira” a região do país que é mais desenvolvida economicamente.

¹⁰ No decorrer do Estado Novo, Getúlio não foi um simples instrumento de um poder de decisão que estaria em mãos dos militares. Apesar de sua grande influência, as Forças Armadas não constituíam um grupo monolítico, com um programa definido nos vários setores da política estatal. Sua coesão era dada pelo acordo em torno de um objetivo geral: a modernização do país pela via autoritária. Mas os pontos de vista militares, no que diz respeito às relações com as grandes potências e a um projeto de desenvolvimento econômico com maior ou menor autonomia, variavam de acordo com os grupos e as inclinações pessoais. (FAUSTO, B, 2008, p.369).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, M. C. de. Populismo e organização social do espaço. **Revista Geografia e Ensino**, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 46-54, abr. 1989.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CUNHA, P. R.; CABRAL, F (Org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006.
- CUNHA, P. R. **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.
- GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MORAES, A.C.R. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.
- MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, A.C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, J. Q. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NOGUEIRA, M.A. Nelson Werneck Sodré: O General, a História, a Democracia. **Estudos de Sociologia**, UNESP, v.4, n.7, p. 1-27, 1999.

ODALIA, N. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

PECAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo: razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

SODRÉ, N.W. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Difel, 1962.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia**: geografia e ideologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SODRÉ, N. W. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. 1. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1941.

VLACH, V. R. F. Estudo Preliminar acerca dos Geopolíticos Militares brasileiros. In: **Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho de História do Pensamento Geográfico no Brasil, 2002/2003. n°4/5, p.137-159.

Data de submissão: 29.01.2013

Data de aceite: 16.05.2014

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.